

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

ANA PAULA BORBA DA SILVA

MATERNIDADE ACADÊMICA:
LIMITES E DESAFIOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

LARANJEIRAS DO SUL

2024

ANA PAULA BORBA DA SILVA

MATERNIDADE ACADÊMICA:

LIMITES E DESAFIOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciada em Educação do Campo: Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Marcon

LARANJEIRAS DO SUL

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Borba, Ana Paula

Maternidade acadêmica: limites e desafios na Universidade Federal da Fronteira Sul: limites e desafios na Universidade Federal da Fronteira Sul / Ana Paula Borba. -- 2024.

38 f.

Orientadora: Doutora Fernanda Marcon

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR, 2024.

1. cuidado. 2. experiências acadêmicas. 3. Laranjeiras do Sul. 4. Maternidade. 5. UFFS. I. Marcon, Fernanda, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.


ANA PAULA BORBA DA SILVA

**"MATERNIDADE ACADÊMICA:
LIMITES E DESAFIOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL"**


**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Educação do
Campo: Ciências Sociais e Humanas, da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de
Licenciado(a).**

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 26/03/2024.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA MARCON**
Data: 28/03/2024 13:26:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Fernanda Marcon – UFFS
Orientadora**

Documento assinado digitalmente
 **MARIA ELOA GEHLEN**
Data: 14/04/2022 16:15:23-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

**Profa. Dra. Maria Eloá Gehlen – UFFS
Avaliadora**

Documento assinado digitalmente
 **SIOMARA APARECIDA MARQUES**
Data: 26/03/2024 17:47:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Siomara Aparecida Marques – UFFS
Avaliadora**

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, por inúmeros motivos.

Ao meu filho amado, Anthoni Valentin, o meu agradecimento por ser minha inspiração, minha força, meu motivo para me manter de pé na caminhada. Quero agradecê-lo porque mesmo estando ausente enquanto eu me encontrava na universidade, sempre foi o motivo pelo qual a luta não fosse em vão! Seu sorriso, sua energia e seu carinho fizeram meus dias serem mais leves e me fizeram mais forte.

Aos meus pais, Rozeli Borba e Silmar Inocência da Silva, quero agradecer por me darem a vida e os incentivos ao longo do caminho. Também por sempre me apoiarem e estarem ao meu lado, por me ajudarem financeiramente e psicologicamente a lutar pelas causas certas! Aos meus irmãos que amo tanto, Silvoney Inocência da Silva - que hoje já não está mais presente - ao Davi Borba da Silva, Cieli Borba da Silva e Ana Claudia Borba da Silva, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos e que sempre acreditaram!

Quero agradecer ao meu companheiro Valdir, que me compreendeu, me apoiou, me deu forças, e que sempre acreditou que venceria todas as dificuldades ao longo do caminho.

Agradeço também a todos da minha família, que ficaram felizes ao saber que entrei na universidade, aos meus avós tios e tias que também sempre me apoiaram.

À Universidade Federal da Fronteira Sul, o meu imenso agradecimento pela oportunidade por mim muito bem aproveitada. Pelos vastos aprendizados que todos os professores me proporcionaram! Agradeço inclusive a cada funcionário que trabalha incansavelmente para que os sonhos sejam realizados e conquistados!

À minha orientadora, doutora e professora Fernanda Marcon, que aceitou fazer parte dessa pesquisa, que em todo o processo me aconselhou, orientou, me ensinou e fez com que fosse possível! Agradeço de coração, inclusive, a paciência com que teve comigo, seu profissionalismo e o vasto conhecimento que compartilhou comigo!

Agradeço de coração à professora e doutora Maria Eloá Gehlen que fez incontáveis formas para a minha continuação nos estudos, em todas as minhas fases estive ao meu lado e me ajudou com grande empenho e carinho. Você está guardada em um lugar especial no meu coração!

Finalizo agradecendo também a mim por não ter desistido, pelas lágrimas necessárias, pois foi uma longa caminhada de muito sufoco e dificuldades, mas também houve incontáveis momentos maravilhosos de alegrias e sucesso!

À minha turma, sentirei saudades! Obrigada Educação do Campo por estar presente em nossas vidas, em nossas escolas, em nossa realidade, por ser tão cheia de saber!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso buscou compreender o impacto da maternidade sobre as experiências de estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul/PR. Sabe-se que a maternidade produz desigualdades notáveis na vida e na produção acadêmica não apenas de estudantes, mas também entre docentes e pesquisadoras. Extensa literatura tem apontado as dificuldades de ingresso, permanência e avanço na carreira acadêmica em decorrência da histórica desigualdade de gênero nesse contexto. Parte-se da hipótese de que a maternidade tem um impacto significativo sobre as experiências de estudantes mães, desde o seu desempenho acadêmico, permanência, até as relações interpessoais e saúde mental. A metodologia da pesquisa foi de caráter qualitativo, com realização de pesquisa de campo com observação participante, realização de entrevistas abertas com estudantes mães, uso de dados secundários produzidos pela Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE) da UFFS, além de revisão bibliográfica sobre o tema. Os resultados da pesquisa demonstraram um aprofundamento sobre a realidade destas estudantes na UFFS, destacando seus principais desafios e demandas ao exercer a maternidade durante o período acadêmico. Os dados contribuem para uma compreensão mais completa dos obstáculos enfrentados por esse grupo específico de estudantes universitárias.

Palavras-chave: Cuidado. Experiências acadêmicas. Laranjeiras do Sul. Maternidade. UFFS.

ABSTRACT

This graduation completion work sought to understand the impact of motherhood on the experiences of students at the Federal University of Fronteira Sul (UFFS), Laranjeiras do Sul/PR. It is known that motherhood produces notable inequalities in the lives and academic production not only of students, but also among professors and researchers. Extensive literature has highlighted the difficulties of entering, remaining and advancing in an academic career due to the historical gender inequality in this context. It is based on the hypothesis that motherhood has a significant impact on the experiences of student mothers, from their academic performance, retention, to interpersonal relationships and mental health. The research methodology was qualitative, with field research carried out with participant observation, open interviews with student mothers, use of secondary data produced by the Student Affairs Office (ASSAE) at UFFS, in addition to a bibliographic review on the topic. The research results demonstrated an in-depth look at the reality of these students at UFFS, highlighting their main challenges and demands when carrying out motherhood during the academic period. The data contributes to a more complete understanding of the obstacles faced by this specific group of female college students.

Keywords: Care. Academic experiences. Laranjeiras do Sul. Maternity. UFFS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSAE	Assessoria de Assuntos Estudantis
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A CONSTRUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA MATERNIDADE.....	13
2.2	MULHER, MÃE, NEGRA, FEMINISTA E UNIVERSITÁRIA.....	17
2.3	MATERNIDADE E EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS.....	20
3	EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES MÃES NA UFFS <i>CAMPUS</i>	
	LARANJEIRAS DO SUL.....	23
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso dedica-se ao estudo de como a maternidade influencia no cotidiano de estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Laranjeiras do Sul. Trabalha com a hipótese de que a maternidade tem um impacto significativo sobre as experiências de estudantes mães, desde o seu desempenho acadêmico, permanência, até as relações interpessoais e a sua saúde mental. Assim, o objetivo geral desse trabalho é compreender o impacto da maternidade sobre as experiências de estudantes da UFFS, *campus* Laranjeiras do Sul/PR.

Para o desenvolvimento deste trabalho e para chegar ao objetivo geral do mesmo, foram previstos os seguintes objetivos específicos: a) situar historicamente o projeto da UFFS e do *campus* de Laranjeiras do Sul/PR; b) aprofundar os conceitos de cuidado, gênero e a relação entre maternidade e academia/trabalho científico a partir da interlocução teórica com os dados da observação de campo e entrevistas entre estudantes mães da UFFS *campus* Laranjeiras do Sul/PR; c) analisar e cruzar os dados socioeconômicos produzidos pela ASSAE da UFFS *campus* Laranjeiras do Sul com relação às estudantes que são mães e as entrevistas realizadas entre elas; d) realizar revisão de literatura sobre o tema.

Dessa forma, justifica-se que na universidade, estudantes mães observam e experimentam as mesmas desigualdades de outros contextos. Enfrentam lutas constantes com relação à permanência, exercem múltiplas tarefas e se forem mães pobres ou racializadas – como mulheres negras e indígenas – acabam enfrentando condições ainda mais adversas. Nesse sentido, visou mostrar os desafios das mães universitárias em conciliar o cuidado com os filhos e a experiência acadêmica, ainda que o ingresso na universidade represente uma conquista. É uma experiência que compartilho, e, portanto, também fará parte dos dados e da análise. Considero importante descrever as experiências das estudantes mães no sentido de entender a sua rotina, como conciliam os estudos e a maternidade, além de observar a relevância de políticas voltadas para elas. Por fim, a pesquisa pretende contribuir para o campo dos estudos de gênero, produzindo uma reflexão aprofundada sobre a relação entre

a maternidade e a carreira acadêmica a partir dos dados obtidos na Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* de Laranjeiras do Sul/PR.

A pesquisa será de caráter qualitativo com realização de pesquisa de campo com observação participante e uso de dados secundários produzidos pela ASSAE da UFFS, além de revisão bibliográfica sobre o tema, em que serão tratados os conceitos de cuidado, gênero e a relação entre maternidade e experiência acadêmica. A observação participante é uma das marcas da pesquisa etnográfica e envolve a convivência intensiva entre os sujeitos da investigação. No presente caso, o trabalho de campo foi realizado junto às estudantes que são mães, procurando descrever e compreender as relações cotidianas estabelecidas entre as estudantes e as atividades acadêmicas, bem como com colegas, professores/as e servidores/as. De acordo com Severino (2017, p. 87):

A pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia a dia em suas diversas modalidades, os modos de vida do indivíduo ou do grupo social. Faz um registro detalhado dos aspectos singulares da vida dos sujeitos observados em suas relações socioculturais. Trata-se de um mergulho no microssocial, olhado com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa. Utiliza-se do método etnográfico, descritivo por excelência.

Nessa perspectiva, a pesquisa procurou investigar as experiências e desafios que as mães enfrentam em seu dia a dia na universidade, seja quando precisam trazer os/as filhos/as pequenos/as para a sala de aula, seja quando os/as deixam em creches, escolas, com parentes ou cuidadores/as, ou ainda, em espaços disponibilizados pela universidade, como é o caso da ciranda¹ disponibilizada pelo curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas.

A pesquisa etnográfica não exclui outros procedimentos de pesquisas qualitativas e quantitativas, como é o caso do levantamento de dados secundários. Porém, possui uma técnica privilegiada, em que por meio de observação direta, o/a pesquisador/a estabelece um contato intersubjetivo com os saberes, valores e práticas dos sujeitos e, assim, pode acessar os significados e interpretações

1 A “ciranda” é um espaço educativo criado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que foi apropriado pelo curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas dentro da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Laranjeiras do Sul/PR. Como o curso funciona em regime de alternância, oferece o espaço da ciranda às estudantes mães que precisam trazer os/as filhos/as para o “tempo universidade”. Enquanto as estudantes assistem às aulas, seus/suas filhos/as permanecem na ciranda sob o cuidado de monitores/as. Para saber mais sobre ciranda como espaço educativo do MST, ver BIHAIN (2001).

produzidas por eles. Como salienta Gonsalves (2007), a intersubjetividade produzida pela interação entre o/a pesquisador/a e os/as participantes da pesquisa é também um dado da análise:

Está cada vez mais evidente que, num processo de pesquisa o investigador interage com o sujeito investigado e é dessa interação que os dados são produzidos. Nessa perspectiva, descobre-se o sujeito-investigado como sujeito produtor de realidade e de conhecimento (Gonsalves, 2007, p. 71).

Assim, enquanto uma pesquisadora que também é mãe e estudante da UFFS, pretendo colocar sob análise minha própria experiência, buscando compreender os pontos de aproximação e afastamento com as experiências de outras estudantes.

No primeiro capítulo, realizo o levantamento bibliográfico a respeito dos conceitos de cuidado, gênero e maternidade, além de alguns trabalhos a respeito da relação entre maternidade e mundo acadêmico. No segundo capítulo, trago as experiências de mulheres mães na UFFS a partir da observação e dos relatos de cinco estudantes do campus de Laranjeiras do Sul, procurando discutir os diferentes desafios de conciliar a maternidade com a vida acadêmica.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA MATERNIDADE

Para falar de maternidade, é necessário primeiro falar da mulher nos estudos de gênero e feministas. Nesse viés, é fundamental citar Simone de Beauvoir, escritora, filósofa, feminista e teórica social francesa, influência para toda uma geração de pesquisadoras/es, além de um clássico do pensamento feminista. Suas obras mostram quão significativa e perspicaz foi sua contribuição ao meio intelectual da época, fortemente masculino (Adelman, 2009).

No livro “O segundo sexo”, publicado pela primeira vez em 1949, Beauvoir discute que o fato de uma mulher poder gerar um ser humano e possuir algumas características biológicas diferentes dos homens não define por si só as desigualdades enfrentadas perante eles, pois as diferentes “capacidades” são interpretadas e construídas pela sociedade.

Esses dados biológicos são de extrema importância: desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação. Em todas as nossas descrições ulteriores, teremos que nos referir a eles. Pois, sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra. Eis por que os estudamos tão demoradamente; são chaves que permitem compreender a mulher. Mas o que recusamos, é a idéia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos; não explicam por que a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre essa condição subordinada (Beauvoir, 1970, p. 52-53).

Beauvoir destaca que “(...) o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele, tampouco, que basta para a definir” (Beauvoir, 1970, p. 57). A autora coloca que perspectivas biológicas, psicanalíticas, o materialismo histórico, a literatura e a antropologia trazem dados insuficientes para definir a mulher e sua condição subordinada. No entanto, elas contribuem para entendermos como a mulher foi historicamente definida como o “outro”, o “segundo sexo”.

No decorrer da história e atravessando diferentes sociedades, a mulher constantemente esteve em posição desigual frente à figura masculina em vários aspectos, começando pelas questões mitológicas e religiosas, como por exemplo, quando “Eva nasce da costela de Adão”. Beauvoir salienta que embora se tente buscar uma fonte para essa desigualdade, um momento histórico ou acontecimento

que a tenha provocado, não se pode delimitá-lo facilmente. Nesse sentido, a condição de “outro”, “segundo sexo”, derivada de uma alteridade fisiológica simplesmente, acarreta a ausência de uma consciência coletiva e de um marco na transformação da diferença em opressão:

Não têm passado, não têm história, nem religião própria; não têm, como os proletários, uma solidariedade de trabalho e interesses; não há sequer entre elas essa promiscuidade espacial que faz dos negros dos E.U.A., dos judeus dos guetos, dos operários de Saint-Denis ou das fábricas Renault uma comunidade. Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo habitat, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens — pai ou marido — mais estreitamente do que as outras mulheres (Beauvoir, 1970, p. 13).

Até os dias atuais, homens e mulheres nunca compartilharam um mundo de equidade. Os avanços dos movimentos sociais e do pensamento crítico não foram capazes de extinguir o sexismo, mesmo em contextos progressistas, como é o caso do meio acadêmico. Beauvoir analisa que historicamente o discurso social construiu formas de apreender o gênero feminino e suas “características” e “papéis”. As mulheres devem ser mães e cuidadoras amorosas, responsabilizando-se pelo bem-estar dos outros em tempo integral. Sendo o cuidado um atributo considerado “natural”, de acordo com esse discurso, se a mulher não for mãe ela não é considerada uma mulher completa. Assim, o que podemos encarar como “escolha”, trata-se na verdade de maternidade compulsória. A famosa frase de Simone de Beauvoir, “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” é relevante ao compreender que foi construído socialmente o papel de ser mulher. Nesse contexto, a questão de se nascer “mulher” não significa que necessariamente a maternidade esteja incluída. Ao nascer “mulher”, não se nasce com o “dom” da maternidade. Parafraseando Beauvoir, “ninguém nasce com a aptidão da maternidade, torna-se mãe”. Ou seja, os hábitos, as vivências e toda a experiência materna se constroem socialmente, colados à construção das mulheres em contextos específicos.

Nessa perspectiva, a pregação de que a mulher vai vivenciar a maternidade de forma romantizada, sem obstáculos, que é preciso ser mãe para ser e se sentir realizada, que ao ser mãe precisa se dedicar exclusivamente ao que engloba a maternidade, é um discurso constantemente imposto. Nesse sentido, tornar-se mulher implica em assumir determinadas características e papéis dentro de uma visão relacional binária em que ela será na maioria dos casos subordinada, englobada pelo outro polo, este sim, livre e sujeito de direitos. (Beauvoir, 1970)

Correia (1998, p. 366) apresenta que em diferentes sociedades, os valores dominantes é que determinam os papéis das mulheres, dos homens e das crianças. Assim, os tipos de atividades exercidas por cada um não se definem por aptidões supostamente inatas. Mesmo o trabalho reprodutivo, relacionado ao cuidado com crianças pequenas, pessoas doentes ou idosos, pode ser exercido por diferentes sujeitos, a depender da divisão sexual e etária do trabalho. Hirata (2010), em seu artigo “Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho (DST)”, divide as atividades das mulheres em dois polos. No primeiro, aborda as mulheres intelectuais, executivas, entre outras, e no segundo, as que trabalham em setores “tradicionalmente” femininos, como cuidadoras de idosos e crianças, empregadas domésticas, entre outras. Entre os modelos de DST citados pela autora, estão o “modelo tradicional”, em que as mulheres não exercem trabalho externo e são responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, o “modelo de conciliação”, que visa a conciliação entre trabalho externo e trabalho doméstico, o “modelo de parceria”, onde homens e as mulheres dividem as atividades e os cuidados da casa e da família, e o “modelo de delegação”, em que a mulher delega a outras mulheres o cuidado da casa, família e filhos (Hirata, 2010). Nesse sentido, é importante destacar que a classe média e média alta foi o público predominante nas universidades federais por muito tempo, podendo delegar as atividades do cuidado a outras pessoas e facilitando sua entrada e permanência no ensino superior e na carreira docente.

Assim, a constituição cultural dos papéis de gênero se relaciona com outros fatores, como trabalho e economia, delineando a forma com que as mulheres, sobretudo as mães, irão se inserir nos diferentes espaços da vida social e produtiva. Por sua vez, a sociedade ocidental moderna construiu para si um ideal de igualdade que não se realiza na prática, ao que recorre a diferentes discursos para “explicar” e naturalizar as diferenças. Dias (2017) discute as contribuições da ativista Gayle Rubin, que parafraseia Karl Marx sobre a mulher “domesticada” e sobrecarregada: “O que é um escravo negro? Um homem de raça negra. [...] Um negro é um negro. Só em determinadas relações é que ele se torna escravo” (Marx, 1971, p. 28). Rubin escreve:

Poderíamos parafrasear: o que é uma mulher domesticada? Uma fêmea da espécie. Uma explicação vale tanto quanto a outra. Uma mulher é uma mulher. Ela só se transforma em mulher do lar, em esposa, em escrava, em coelhinha da Playboy, em prostituta, em um ditafone humano, dentro de determinadas relações. (Rubin, 2017 p. 10)

Dias (2017, p. 14), ao destacar as reflexões de Marx e Engels, discute que nenhuma das sociedades capitalistas e suas organizações estiveram livres do sexismo, ou seja, papéis masculinos e papéis femininos foram sempre separados e hierarquizados. A opressão do sexo feminino foi herdada de formas sociais que antecederam o capitalismo e não deixaram de estar presentes nele, tornando-se ainda mais agudas. O trabalho doméstico das mulheres não é tido como produtivo, no sentido de produzir “mais-valia”, porém, sabe-se que é indispensável para que o capitalista a produza. De fato, como observa Chaperon (1969, p. 42), “(...) por ser escrito por uma mulher e para mulheres, O Segundo Sexo levanta contestações irreduzíveis às clivagens habituais dos meios intelectuais”, o que indica que o conhecimento sobre as mulheres é também subalternizado quando produzido por elas.

Nota-se que ao longo da história os papéis de gênero têm se repetido. Assim, apesar de estarem conquistando espaços políticos, o direito a estudar e trabalhar (incluindo a licença maternidade), entre outros aspectos, as mulheres não deixam de receber por imposição os compromissos com o cuidado da família, da casa e com as crianças, como discute Fabbro e Heloani (2006) com relação ao contexto brasileiro,

É através do processo de socialização dos papéis sexuais (socialização feita essencialmente no seio da família) que determinados papéis sociais são associados a cada um dos sexos definindo-se deste modo as diferenças no perfil de personalidade de homens e mulheres. Portanto, a percepção de ser mulher ou homem e os papéis decorrentes dela são construções sociais que são fortemente internalizadas pela sociedade brasileira e, mais ainda pelas próprias mulheres. As últimas décadas demonstram avanços, especialmente no campo dos direitos (Fabbro; Heloani, 2006, p. 11).

O discurso de que certos papéis sociais são exclusivos das mulheres faz com que muitas deixem de buscar realizações pessoais, pois conciliar trabalho formal ou informal, estudo, trabalho doméstico com a maternidade é conflituoso e difícil. Isso não significa que a maternidade e o trabalho doméstico não possam ser percebidos como realizações ou escolhas. Estou sublinhando neste trabalho justamente o não-reconhecimento destas atividades e o devido apoio a sua realização, já que a desvalorização das mulheres implica na desvalorização de todas as suas escolhas e atividades, compulsórias ou não, impostas ou não.

2.2 MULHER, MÃE, NEGRA, FEMINISTA E UNIVERSITÁRIA

As mulheres que são mães e estudantes enfrentam inúmeras dificuldades. No entanto, as mulheres negras, indígenas e pobres são ainda mais discriminadas e excluídas nos espaços acadêmicos. Vale lembrar que as mulheres, ao longo da história vêm lutando e ainda lutam para ocupar lugares e espaços, e o feminismo possibilitou grandes conquistas, entre eles o feminismo negro. É importante dar ênfase às contribuições de Lélia Gonzalez, tradutora, professora, antropóloga, filósofa, feminista e militante antirracista, que define feminismo em resistência, em não aceitar papéis ou situações políticas, sociais, econômicas etc., fundamentadas na hierarquia entre os sexos feminino e masculino, na qual a mulher é discriminada (Gonzalez, 2020).

Pontua-se que questões históricas marcaram ainda mais as mulheres negras, consequências avassaladoras do processo de escravização, como destaca o livro “Racismo, sexismo e desigualdade”, de Sueli Carneiro (2011). Lélia Gonzalez (2020, p. 199) acrescenta que a mulher negra e também a mulher indígena permanecem como o setor mais explorado, pois sofrem uma tríplice discriminação: a social, a racial e a sexual.

Ser mulher, mãe, negra e pobre é enfrentar lutas diárias. Percebe-se que muitas estudantes mães, ao deixarem seus filhos com os maridos, ou algum familiar, para irem até a universidade, julgam a si próprias e são julgadas pelos outros: “o filho tem que ficar com a mãe”, “coitado do pai”, “essa mãe não se importa com o filho”, “mãe egoísta”. Cabe salientar que os casos são específicos e diferentes uns dos outros, porém, a maternidade é mediadora de muitas experiências comuns de exclusão. Essas mulheres não cuidam somente dos filhos, mas também do trabalho doméstico, exercem trabalhos formais, informais, o trabalho acadêmico e necessitam conciliar essas atividades, configurando uma tripla jornada feminina (Silva, 2018).

Lélia Gonzalez cita que no ano de 1969 havia 100 mil mulheres na universidade para 200 mil homens. Aborda dados significativos sobre os cargos que as mulheres ocupavam, especificamente mulheres negras:

No nível médio (serviço administrativo, professoras de escola primária, serviços de enfermagem, recepcionistas etc.), a concentração de mulheres é maior do que a de homens. Mas se considerarmos a dimensão racial, percebemos que a proporção de mulheres negras (14,4%) é também muito menor do que a de mulheres brancas (29,7%). Mulheres negras encontram

óbvias dificuldades em ser contratadas por esse setor porque muitas dessas atividades de nível médio requerem contato direto com o público, como testemunham os anúncios para tais cargos, que mencionam o requisito da “boa aparência”. Na prática, “boa aparência” significa que a candidata pertence ao grupo racial dominante (Gonzalez, 2020, p.145).

Na UFFS *campus* Laranjeiras do Sul, a realidade da maternidade além de estar bem presente na instituição, possui uma especificidade, pois as mães graduandas do curso Licenciatura em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas (LEDOC-CSH), no qual me incluo, estudam em regime de alternância. De acordo com Belmiro Gil Cabrito (1994),

(...) a *formação em alternância* e a *formação alternada* remete-nos para a existência de diferentes lugares/espacos de formação, a cada um dos quais são cometidos responsabilidades e papéis específicos ao longo do processo de formação (Cabrito, 1994, p. 25, grifos do autor).

A pedagogia da alternância permite que sujeitos que sempre estiveram alijados do direito ao ensino superior possam adentrar a universidade, conciliando sua vidade comunitária com o espaço acadêmico. Portanto, o curso se caracteriza pela forte presença de mulheres negras e indígenas que, infelizmente, relatam diversas formas de discriminação no contexto universitário. Como precisam se ausentar de suas comunidades por determinados períodos, acabam tendo que trazer os filhos com elas, o que demanda um esforço ainda maior para se manter estudando. Esta pesquisa, porém, não se restringe às estudantes mães do curso em regime de alternância, mas a outras estudantes do *campus*, no sentido de pensar as suas especificidades. O trabalho aborda o âmbito da vida diária das mulheres em que a maternidade se faz presente, o horizonte que inclui a universidade e a alternância, os desafios e as conquistas durante o período de formação. Aponta também a experiência da autora deste trabalho, que é uma mulher negra, mãe, feminista, dona de casa e universitária.

A educação escolar de pessoas negras e indígenas - e em especial de mulheres negras e indígenas – trava constantemente uma luta por permanência. Inicia-se no ensino básico e vai até o ensino superior o esforço para a conclusão, pois desde a infância precisam auxiliar no sustento e tarefas domésticas — quando crianças, além de trabalharem para ajudar a melhorar questões econômicas, ajudam a cuidar das/os irmãs/os - e continuam depois de adultas – cuidando das/os filhas/os além de estarem inseridas no mercado de trabalho para manterem o básico para viver. Vale lembrar que isso está muito presente na realidade de muitas estudantes brasileiras, que

buscam mudança de seu contexto a partir da universidade. Nesse sentido, pode-se argumentar que mulheres trabalhadoras, em geral, passam por uma série de desafios para entrarem e permanecerem no meio acadêmico. No entanto, o racismo é um fenômeno que subscreve e implica diretamente no empobrecimento das mulheres racializadas. Como expõe Gonzalez (2020, p. 146), muitas mulheres entram em comunidades negras para enfrentar um sistema que as exclui:

Apesar da situação de extrema inferiorização, a mulher negra exerceu um importante papel no âmbito da estrutura familiar ao unir a comunidade negra para resistir aos efeitos do capitalismo e aos valores de uma cultura ocidental burguesa. Como mãe (real ou simbólica), ela foi uma grande geradora na perpetuação dos valores culturais afro-brasileiros e em sua transmissão para a próxima geração. (Gonzalez, 2020, p. 146)

As inúmeras dificuldades enfrentadas que englobam as mulheres racializadas são caracterizadas pela falta de assistência ou a precariedade dela, o excesso de atividades, horários sobrecarregados de tarefas domésticas, entre outras questões que as acompanham ao longo do tempo e que são fatores para que abandonem a escola e a universidade. Lembro-me de colegas que estudavam comigo e abandonaram os estudos ao longo da caminhada escolar e universitária, principalmente por conta de se verem sozinhas para o cuidado da casa, dos/as filhos/as e do trabalho. Nessa linha, as mulheres negras e indígenas possuem um fator a mais para a desistência, a forte discriminação racial que diariamente sofrem, onde enfrentam práticas racistas explícitas e implícitas. Como aponta Gonzalez (2020),

A dimensão racial nos impõe uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual. Na verdade, ocupamos o polo oposto ao da dominação, representado pela figura do homem branco e burguês. Por isso mesmo constituímos o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira. (Gonzalez, 2020, p. 98)

Nessa perspectiva, algumas falas racistas cruéis também vêm disfarçadas como “brincadeiras”. Gonzalez (2020, p. 153) aponta ainda que: “O que predomina na ‘democracia racial’ brasileira é o *preconceito de não ter preconceito*”.

2.3 MATERNIDADE E EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS

A temática da maternidade vem sendo discutida por muitas/os pesquisadoras/es no âmbito acadêmico e da militância. Santos, Martins e Justi (2020) abordaram o “tornar-se mãe” durante a formação acadêmica inicial em uma universidade pública, situada no município de Parintins, estado de Amazonas, e retrataram as experiências que as discentes vivenciaram. A citação a seguir traz o depoimento de Jasmim, uma das estudantes participantes da pesquisa:

Ah, é difícil (risos), porque já é um grande desafio ser mãe, você vai se deparar com as dificuldades do dia a dia [...], cuidar das atividades acadêmicas, cuidar das atividades de casa não é fácil, porque tem que ter total atenção ao seu filho principalmente quando está começando. Por exemplo o meu filho que já vai fazer nove meses e ele quer atenção, ele busca a atenção de mim. Tudo que ele faz olha para mim para ver se eu estou olhando [...], Quando eu não dou atenção ele se irrita, ele fica bravo e grita, porque ele não está tendo aquela atenção que ele quer. Então, eu quando vou fazer meus trabalhos acadêmicos, eu faço um pouquinho, quando vejo que ele vai se irritar entrego ele para o pai dele. E já peço para ficar com ele para mim, daí eu deixo o que estou fazendo e vou lá dar um agrado sempre que possível, alimento [...] (Jasmim, 20 anos, 3º período). (Santos; Martins; Justi, 2020, p. 11).

Sobre o “tornar-se mãe” dentro do contexto universitário e a conciliação das demandas dessas estudantes, as autoras analisam que:

[...]a discente que vivencia a maternidade durante o processo de formação inicial gera sentimentos conflituosos perante as demandas acadêmicas, o que acarreta, em algumas mulheres, o desânimo em prosseguir os estudos pelo cansaço das atividades de ser mãe, principalmente quando ela experimenta a maternidade pela primeira vez. Para algumas mães, o instinto de cuidar e proteger faz com que os estudos fiquem em segundo lugar, pois a prioridade do momento é o filho. Conciliar esses fatores é tarefa difícil principalmente quando a mulher não tem apoio emocional da família, ou apoio dos professores e colegas, além da atenção da instituição de ensino onde realiza suas atividades acadêmicas (Santos; Martins; Justi, 2020, p. 4).

Embora as autoras utilizem a palavra “instinto” para se referir à causa pela qual as estudantes mães optem pelo cuidado com os/as filhos/as em detrimento da formação superior, sabe-se que se trata muito mais de uma cobrança social sobre um suposto “papel” da mãe, em que o discurso biológico, do instinto, serviria para fundamentar. Correia (1998, p. 366), cita que o tipo de maternidade é um aspecto da cultura e que abrange um conjunto de valores ligados com o que é ser mulher e com o que é ser filho/a, sendo que as atitudes se alteram de acordo com a interseccionalidade de raça, classe e gênero.

Portanto, esses papéis femininos vinculados ao trabalho do cuidado foram determinados culturalmente pelo corpo biologicamente visto como feminino - sendo o seu exemplo maior a maternidade. Essa vista socialmente como a condição mais próxima da natureza e mais distante da racionalidade presente no gênero masculino (ORTNER, 1979 *apud* BITENCOURT, 2017, p. 7).

De acordo com Ortner, a mulher estaria para a natureza como o homem para cultura, o que implica em uma construção discursiva voltada a justificar a hierarquização de gênero.

A autora Ana Maria Urpia (2009), cita Cowan (1991), que apresenta que algumas mudanças em certos contextos sociais podem ser consideradas normativas, que são esperadas, isto é, há muito tempo se espera que mulheres sejam mães em determinadas sociedades.

Segundo o autor, em qualquer ponto do curso de vida, algumas mudanças podem ser consideradas normativas, porque são esperadas e experienciadas pela maioria das pessoas ou famílias numa dada sociedade, como, por exemplo, entrar na universidade, casar-se, tornar-se pai ou mãe; ou não-normativas, isto é, aquelas que não são esperadas normativamente, e que estão associadas a não-usuais ou não-esperados eventos de vida: adoecer gravemente, viver uma experiência de profunda depressão etc. O autor, porém, assinala que esta distinção deve ser feita com cautela, na medida em que elas variam a depender do contexto social e do tempo histórico. (Urpia, 2009 *apud* Cowan 1991, p. 8)

É evidente que mudanças são comuns na vida humana, como enfatizado acima. Urpia (2009) mostra que essas transições ocasionam preocupações, alegrias, euforia, tristeza, desânimo, entre outros aspectos. Cabe salientar que todo mês o corpo da pessoa que possui útero se prepara para o recebimento de um bebê, assim que chega ao período fértil. Para Beauvoir (1949, p. 49), esse fator biológico é também provedor de sua alienação e subordinação ao sexo masculino. Não se pode falar de maternidade, sem antes falar de como se inicia esse processo. Beauvoir (1949, p. 50) coloca que a gestação desde seu início não é “bela”. A mulher passa a ter inúmeros sacrifícios desde as primeiras semanas da fecundação, onde inicia-se o mal-estar, a falta de nutrientes e a busca pelos mesmos, as consultas constantes etc., e assim o início do cuidado. É importante destacar que a autora desconstrói a visão romântica da gestação.

Assim como a sociedade vê e prega a gestação como algo angelical, belo, gracioso, um milagre divino etc., também a vê e a trata com muito preconceito. Ao se

descobrir que a mulher está grávida ela deixa de ser contratada para um trabalho ou corre o risco de perdê-lo quando retorna da licença maternidade.

Urpia (2009, p. 25) aponta que a mulher precisa de um tempo para chegar ao *self* social como mãe:

Assim, as primeiras narrativas após o parto trazem noções culturais em relação à forma certa de fazer e de ser mãe. Apresentam um *self* como uma mãe-responsável e envolvem autocontrole sobre o que pode ou não pode ser dito. A questão é que experiências que não se ajustam às “expectativas sociais” podem trazer dificuldades no enfrentamento da situação e conduzir a mulher a questionar suas próprias habilidades, o que a faz silenciar diante de seus conflitos. (Urpia, 2009, p.25-26).

Conforme ocorrem mudanças nas sociedades, a maternidade também se transforma. Correia (1998) ressalta que no século XVIII, o papel e a importância da mãe se alteraram profundamente:

Só após 1760 surgem publicações que recomendam às mães que cuidem pessoalmente dos filhos e os amamentem elas próprias. O século XIX é, conseqüentemente, um importante marco na origem de uma «nova mulher»: educadora, mãe, criadora da sociedade futura. Passou a esperar-se uma quase onipotência por parte da mulher. Cria-se assim à mulher a obrigação de, antes de tudo o mais, ser mãe (Correia, 1998, p. 368).

Ainda conforme Correia (1998), com o surgimento do movimento feminista, questiona-se a antiga teoria de que toda mulher deveria ser mãe, espontaneamente dedicada e sacrificada. As mulheres começam a se recusar em somente se dedicar à maternidade como única razão da felicidade, buscando outros ideais (CORREIA, 1998, p. 370). A universidade e uma carreira têm sido objeto de interesse das mulheres já há bastante tempo, embora nem todas consigam acessar esses espaços. Nesse sentido, compreender as especificidades de mulheres mães nesses contextos pode contribuir para a análise crítica de formas contemporâneas de opressão e exclusão entre as mulheres.

3 EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES MÃES NA UFFS CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

“Ainda que eu mesma tenha educado meu filho com grande empenho, a maternidade não foi nunca o ponto central de minha existência” (Kollontai, 1980, p. 16).

Ao andar pela UFFS é possível encontrar mulheres mães de várias regiões do Brasil - tanto do campo (como assentamentos e acampamentos do MST e terras indígenas), quanto da cidade - que se assemelham à posição descrita por Alexandra Kollontai e citada na epígrafe deste capítulo. São mulheres que não se resumem às suas maternidades e que lutam diariamente para permanecerem na instituição. É importante destacar que Alexandra Kollontai foi uma significativa revolucionária feminista no período da Revolução Russa. De acordo com Silva (2016) no artigo “Alexandra Kollontai: entre feminismo e socialismo”, Kollontai deixou o marido e o filho para estudar, assim como as estudantes que participaram desta pesquisa deixam suas famílias para ir até a universidade e se dedicar aos estudos.

Nos anos de graduação, conheci a maternidade em “primeira” e “segunda pessoa”, ou seja, fui mãe ao entrar na universidade e conheci mulheres que já eram mães e que se tornaram mães ao longo da trajetória acadêmica. Vivenciei momentos inimagináveis ao conferir a lista de aprovados do vestibular e a partir de então planejar como levar meu filho para a universidade. Ele esteve comigo nos invernos com temperaturas baixíssimas, onde precisava dar banho frio para que não sofresse com assaduras e retirá-lo da cama cedo para levá-lo para a ciranda. Devido às dificuldades, meses depois tive que deixá-lo com o pai em casa e passar dias sem vê-lo, percebendo que algumas fases de sua infância não pude acompanhar por estudar em regime de alternância.²

Uma parte da pesquisa partiu de alguns dados secundários coletados junto a Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE) do campus da UFFS em Laranjeiras do Sul. De acordo com estes dados, entre 2022 e 2025 foram 25 os pedidos de regime domiciliar para licença maternidade. Além disso, faz parte da política de assistência

² O curso de Licenciatura em Educação do Campo -Ciências Sociais e Humanas é realizado em Regime de Alternância, ou seja, o curso é dividido em etapas que acontecem alternadamente na universidade e na comunidade, as quais são chamadas de Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Nesse sentido, os alunos ficam um período estipulado pela coordenação do curso na universidade e outro na comunidade.

estudantil e do Programa de Auxílios Estudantis (PAS) na UFFS desde 2019 o chamado “auxílio creche”, que contempla duas modalidades:

Auxílio-creche 1: Destinado à complementação de despesas com creche ou outras despesas relacionadas aos cuidados com a guarda e a manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas. Direcionado a estudante responsável legal por uma criança com idade inferior a 6 anos, que resida no mesmo domicílio.

3.8.1 Esse auxílio também poderá ser direcionado a estudante responsável legal por uma pessoa, independente de idade, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação desde que comprovado na Análise Socioeconômica, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 35/CONSUNI CGAE/UFFS/2022, ou outra que venha a substituí-la.

3.9 Auxílio-creche 2: Destinado à complementação de despesas com creche ou outras despesas relacionadas aos cuidados com a guarda e a manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas. Direcionado a estudante responsável legal por mais de uma criança com idade inferior a 6 anos, que resida no mesmo domicílio.

3.9.1 Esse auxílio também poderá ser direcionado a estudante responsável legal por mais de uma pessoa, independente de idade, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação desde que comprovado na Análise Socioeconômica, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 35/CONSUNI CGAE/UFFS/2022, ou outra que venha a substituí-la.

3.10 Para acessar o Auxílio-creche, o estudante deve atender os seguintes critérios:

3.10.1 Em caso de ambos os pais serem estudantes da UFFS e viverem juntos, apenas um terá direito ao recebimento do auxílio;

3.10.2 Em caso de ambos os pais serem estudantes da UFFS e que não vivam juntos, o auxílio será concedido para aquele que detiver a guarda do dependente;

3.10.3 No caso de guarda compartilhada, o auxílio será concedido ao estudante que tenha a sua residência como referência para a criança salvo outro acordo formalizado entre as partes. (EDITAL Nº 74/GR/UFFS/2024)

Nesse sentido, estudantes que tiverem filhos menores de 6 anos e que tenham realizado a análise socioeconômica, obtendo o chamado “índice de vulnerabilidade social” (IVS), terão direito a acessar o auxílio creche. De acordo com os dados fornecidos, em 2023/2 havia 49 estudantes recebendo o auxílio creche (I e II) no campus, sendo 46 mulheres e 3 homens. Os dados apontam, portanto, a presença expressiva de estudantes mães no campus, algo que pode muitas vezes ser invisibilizado, dada a inexistência de um espaço permanente para o acolhimento das crianças enquanto as mães estão em aula. Por vezes observei crianças pelos corredores, ou mães que levavam os filhos pequenos para a sala de aula. No entanto,

essa presença sempre trouxe desconfortos para as mães, como demonstraram as entrevistadas.

É importante mencionar que o projeto de criação da UFFS envolve a articulação de diferentes setores da sociedade e fundamentalmente a participação dos movimentos sociais da região. De acordo com o Relatório de Gestão 2009-2019 da UFFS (2019), a universidade foi criada pela Lei nº 12.029 de 15 de setembro de 2009 e visava atender uma demanda antiga da chamada Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, que contempla o noroeste do Rio Grande do Sul, o sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. Foi central a participação do Movimento Pró-Universidade Federal e de movimentos como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), a Via Campesina, a Central Única de Trabalhadores (CUT), entre outros. Assim, o projeto de uma universidade multicampi visava atender às demandas sociais em uma região bastante empobrecida e necessitada de investimento científico e de formação superior. Nesse sentido, o público-alvo da universidade sempre foram os filhos e filhas de trabalhadores/as, o que veio a se confirmar ao longo de seus quase 15 anos de existência.

A universidade tem se mostrado uma importante ferramenta de transformação social e sua importância na região de abrangência do campus Laranjeiras do Sul demonstra que são muitos os grupos sociais vulnerabilizados que passaram a adentrar o ensino superior. No entanto, esta pesquisa buscou direcionar o olhar para uma vulnerabilidade igualmente importante que é a condição da maternidade. Como discutido no capítulo anterior, a maternidade implica em impactos significativos na carreira acadêmica e há muitas pesquisas quantitativas que apontam a desigualdade. Por outro lado, as experiências e práticas (incluindo aquelas de resistência) dentro do espaço acadêmico são pouco descritas, contribuindo ainda mais para a invisibilidade das estudantes, pesquisadoras, servidoras e docentes que são mães.

As estudantes participantes das observações e entrevistas da pesquisa, iniciadas no ano de 2023, são mulheres que se encontram em uma situação socioeconômica semelhante, ou seja, são mulheres provenientes da classe trabalhadora, pobres e racializadas. Ao todo, participaram da pesquisa cinco estudantes de cursos diferentes, entre as quais, quatro da graduação e uma do mestrado. Respeitando o critério ético da confidencialidade, as estudantes terão nomes fictícios, cada uma recebendo o nome de uma árvore ou flor brasileira. A primeira participante, que chamarei de Ipê, possui 33 anos, é indígena Kaingang e

mora na Terra Indígena Mangueirinha, situada nos municípios de Coronel Vivida, Chopinzinho e Mangueirinha, no Estado do Paraná. Ipê cursa a Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Sociais e Humanas e está na fase final da graduação. Tem três filhos, de 14, 8 e 5 anos de idade. Ao ser questionada se já os levou para a universidade, afirmou que somente levou o mais novo, porém quando o curso era ofertado no município de Cândói-PR³. Atualmente eles ficam com o pai quando não estão no período escolar.

“Quando trouxe ele, ele tinha 8 meses [...] quando eu trazia ele, eu sofria demais, não só eu, ele também sofria. Por causa que, tipo, não é a mesma coisa, eu não conseguia prestar atenção por que ‘cê’ sabe né, criança chora, e ele era pequeno [...]” (Ipê, entrevista concedida em 9 de setembro 2023)

Ipê, além de ser estudante, mãe, esposa e filha, também trabalha na escola da aldeia como professora da língua materna Kaingang, um exemplo nato de quem exerce múltiplas funções. Ao levar seu filho para dentro da sala de aula, ouviu várias reclamações de professores e colegas, porém não foi a única. Todas as entrevistadas confirmaram o que Ipê relatou:

“[...] Eles reclamavam muito, porque eles diziam que o choro dele atrapalhava o aprendizado deles, que eles não entendiam, na verdade nós éramos em três mães [...] tinha vezes que saía chorando da sala [...] uma vez eu levei os dois, porque não tinha onde deixar eles [...] quando acabava a aula eu sentava e chorava⁴” (Ipê, entrevista concedida em 9 de setembro de 2023)

Begônia estuda no curso de Engenharia de Aquicultura da UFFS e deu à luz ao filho durante o período da pandemia de COVID-19. Quando ele completou 8 meses, teve que colocá-lo em uma creche. Assim como as demais mães entrevistadas, Begônia também levou seu filho para a sala de aula em algumas ocasiões, “tanto em dia ensolarado, quanto em dia chuvoso”, como relatou. É importante enfatizar que a universidade não possuía cobertura entre os blocos e dos blocos até o restaurante universitário, o que dificultava ainda mais para se locomover com crianças, principalmente em dias chuvosos, já que os blocos são distantes uns dos outros. Dessa forma Begônia contou que:

3 Durante um período o curso foi ofertado fora do campus, na cidade de Cândói-PR, devido a necessidade de alojamento aos estudantes durante o tempo universidade.

4 Ipê comentou que nesse período um filho teria 8 meses e o outro 2 anos.

“[...] com 8 meses eu tive que colocar ele na creche, eu ainda tava amamentando ele, então eu sofri bastante com essa situação porque eu tinha bastante leite e o meu peito enchia, inchava, eu tinha que tirar leite aqui e jogar fora, porque também não tinha geladeira pra guardar e tudo mais. Então até acostumar eu sofri bastante com isso e acredito que ele na creche também tenha sofrido bastante pra acostumar né, pra adaptar. [...] coloquei ele meio período, depois no outro ano já consegui colocar ele o dia todo e aí foi um processo de acostumar pra ele poder mamar só quando chegava em casa [...]” (Begônia, entrevista concedida em 10 de novembro de 2023)

Outra experiência vivida por Begônia após se tornar uma estudante mãe foi a quase reprovação por faltas, pela questão de ter que ir buscar seu filho todos os dias na creche em horário em que as aulas ainda estavam ocorrendo:

“Também tem a questão de que as creches têm bastante feriado, recesso né. E quando tem recesso lá, as vezes a gente tem que continuar vindo pra UFFS, continuar tendo aula, então já trouxe ele pra UFFS, mas mais pras atividades do projeto [...] então eu já levei pra sala de aula, já estava caminhando, ele ficava andando pela sala, o professor não se importou por que foi uma aula bem rápida, e os meus amigos também sempre me conheceram, conheceram ele desde o início então eles não acharam ruim né, só que desconcentrava por que todo mundo mexia com ele, ele mexia com todo mundo [...] já vim com ele aqui em período de muita chuva também [...] e outra dificuldade é que eu tenho que ir embora as quatro todo dia pra pegar ele na creche né, então eu venho das 8 fico até as 16 e aí as 16 preciso ir embora, então as vezes têm muitas aulas que começam as 16 horas e ou começam 13:30 e acaba as 17 eu acabo perdendo uma hora de aula e alguns professores já contabilizaram essas faltas e eu quase reprovei por falta, por conta dessa uma hora de aula que eu perco [...]” (Begônia, entrevista concedida em 10 de novembro de 2023)

“Acúmulo de tarefas”, “sobrecarga” e “conciliação de atividades” foram termos utilizados pela entrevistada Begônia, mas também pela maioria das participantes desse trabalho. Camélia estuda no curso de Licenciatura em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas (LEDOC), é outra mãe que enfrenta a dupla jornada. Tem duas filhas, uma com 2 anos e 9 meses e outra com 10 anos. Ambas precisaram acompanhar a mãe durante as aulas na universidade, permanecendo no espaço da ciranda. Importante dizer que a ciranda da universidade é um espaço improvisado na sala onde funciona também a brinquedoteca do curso de Pedagogia, no bloco Docente/Administrativo. Ou seja, não é um espaço próprio para a ciranda, tampouco garantido, já que são necessários monitores/as em todos os horários de aula para que as crianças possam permanecer enquanto as mães estão na sala de aula. A filha mais velha de Camélia frequenta as aulas da mãe desde o tempo em que o curso funcionava na Casa Familiar Rural do município de Candói-PR, lugar onde sua turma iniciou as primeiras fases do curso.

“A universidade se diz emancipada e inclusiva mas quando precisei levá-las sofri muito. Preconceito dentro e fora da sala de aula... Não podemos generalizar, muitos professores são compreensíveis e me ajudaram, inclusive consegui ciranda graças a uma das coordenadoras de curso. Minhas filhas foram presenteadas pelos professores, a mais nova nasceu comigo na universidade e tive muita ajuda para cuidá-la, durante as refeições. Por outro lado, ouvi de professor compromissado que disse ‘quis fazer tudo de uma vez, por exemplo ser MÃE, ESTUDAR, SER DONA DE CASA’, por isso que não dei conta de algumas atividades” (Camélia, entrevista concedida em 26 de janeiro de 2024)

Embora sempre presente em sala de aula, Camélia descreve que sofreu alguns fatos desagradáveis com professores, e que a realidade muda de acordo com cada pessoa.

“Eu sou casada, sou agricultora, mãe, estudo. Tento dar o meu melhor. Mas a maternidade me toma muito cuidado e tempo, é a coisa mais maravilhosa do mundo, mas a gente deixa de se cuidar pra cuidar de outros. Minha vida é muito corrida. O meu sonho, que é a formatura, sempre acaba ficando de lado. As meninas ficam doentes, tem a escola delas, tem a casa, tem tudo e por último meu curso. Não é porque eu não quero, já ouvi de um professor que a gente pode deixar tudo de lado pra estudar. Mas são realidades diferentes”. (Camélia, entrevista concedida em 26 de janeiro de 2024)

Em seguida, Camélia relata que a carga materna é pesada e que a na maioria das vezes todas as atividades ficam sob responsabilidade da mãe, e que com isso o curso de graduação vai ficando em segundo plano.

“Eu não tenho muito apoio dos avós e do marido, afinal todos trabalham e se dedicam a outras atividades. Minha realidade é muito parecida com várias que eu conheço e a maternidade sempre acaba sendo papel da mãe. Independentemente de ser casada ou mãe solo. A gente sempre tem maior responsabilidade. Quando se trata de filhos doentes é a mãe. Filhos internados (hospitalizados) é a mãe. E os estudos acabam ficando pra trás, por mais que sabemos que eles vão crescer e vamos ficar sozinhas. Me considero uma super mãe [...]” (Camélia, entrevista concedida em 26 de janeiro de 2024)

É importante destacar que quando contaram suas histórias, naturalmente as participantes se emocionaram. Durante o jantar, no restaurante universitário, observei algumas vezes as mães, as que levavam e as que não levavam seus filhos para a universidade. Camélia, com suas duas crianças, tinha muita habilidade ao alimentá-las, porém a complexidade era nítida. A mais nova andava pelo restaurante e a mãe mal comia e precisava ir atrás da filha, que estava aprendendo a andar. Apesar da correria, enquanto pesquisadora e colega, constantemente a ajudava em várias

questões que envolviam o cuidado. Muitas vezes a ouvi dizer que não aguentava mais e que desistiria. Depois, decidia desistir da ideia.

Outra participante da pesquisa foi a mestranda Alamanda, que cursa a Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela UFFS. Alamanda é mãe solo, artesã e trabalhadora doméstica. Iniciou na Universidade em 2021, de forma on-line. Alamanda comentou que esse início na academia foi muito difícil, pois ela não possuía bolsa e passou a trabalhar como doméstica, diarista, nos dias em que não havia disciplinas.

Muitas vezes observei Alamanda carregando sua filha em diferentes lugares da universidade, no colo ou no carrinho de bebê. Talvez algumas pessoas nem percebam a presença destas estudantes e seus filhos, mas como mãe, conseguia imaginar como seria para ela todo o esforço para poder estudar.

“No começo nem creche não tinha, aí eu tinha que levar Orquídea comigo até nas aulas. Tinha as aulas que a Orquídea fazia parte também, ela dormia no pufe, ela mamava ainda no peito e eu levava ela no RU (Restaurante Universitário) e voltava tudo isso no colo. Tinha dias que estava chovendo... foi um tempo bem difícil, eu não tinha bolsa né. E depois, eu tinha que acordar 6 horas da manhã, eu morava no Lind’água e daí passava o ônibus do assentamento 8 de Junho e então ali na BR eu pegava esse ônibus pra levar ela na creche [...] então deixava ela ali, muitas vezes eu voltava a pé porque era tempo de pós pandemia, ainda não tinha aula para todos os graduandos, então não tinha ônibus, era bem raro ônibus, então na maioria das vezes eu voltava a pé pra universidade e ainda tinha que estudar. Depois pra voltar, eu voltava a pé pra buscar ela e daí eu pegava alguma carona pra trazer ela lá pra universidade pra eu jantar e depois levar para o Lind’água” (Alamanda, entrevista concedida em 22 de janeiro de 2024)

Em sua trajetória, Alamanda contou que no ano de 2022 sua realidade melhorou, pois passou a receber a bolsa do mestrado, e conseguiu alugar uma casa na cidade e pagar uma van para levar sua filha à escola. Porém, relatou que não foi nada fácil. Quando a creche ficava em recesso, nos feriados, ela precisava levar sua filha para a sala de aula, assim como contou a outra estudante mãe. Ao acompanhá-las, era nítida a dificuldade para entrevistá-las. É importante destacar que algumas entrevistas tiveram que ser realizadas de forma on-line pelo fato de dificuldades com relação às agendas de cada uma e também a minha.

Sobre o impacto da maternidade sobre a vida acadêmica, Alamanda afirmou que a universidade não estava preparada para receber estudantes que são mães:

“Senti impacto sim, e a falta de estrutura para receber ela e outros filhos de outras mães ou pais atrapalha e muito, comparando com os colegas sem filho. E mesmo assim, com todas as dificuldades, fui a primeira da minha

turma a se formar.”(Alamanda, entrevista concedida em 7 de fevereiro de 2024)

Em um artigo sobre a maternidade e vida acadêmica em uma universidade federal, Souza (2023, p. 6) analisa que apesar de a universidade atender as estudantes mães, ainda necessita de melhorias em questões voltadas para o que envolve a maternidade, como o espaço apropriado para o cuidado com as crianças, horários específicos para a amamentação, entre outros aspectos. Também relata que vários espaços são vistos como adversos para as mulheres mães, porém, a universidade apresenta-se justamente como o espaço apto para debates e enfrentamento das violências que as mães encaram diariamente.

A fala de Alamanda se relaciona de perto com o que Souza (2023, p. 13) abordou em sua pesquisa. Embora as adversidades sejam enormes para as estudantes mães, isto não significa que os índices de reprovação entre elas sejam maiores do que o de outros estudantes. Ao contrário, muitas demonstram extrema resiliência diante dos obstáculos.

Em outras palavras, ser mãe não tem sido um obstáculo que define ou não a sua aprovação. Isso significa que essas mães estão conseguindo desempenhar o seu papel, bem como continuar a sua jornada acadêmica com qualidade, e apesar de terem uma sobrecarga maior, são mais persistentes. Isso pode ser explicado por alguns motivos, por exemplo: já que despendem um tempo para os estudos, elas tentam se dedicar para aproveitar o tempo; querem uma formação para conseguirem uma remuneração melhor para poder cuidar melhor dos filhos futuramente. (Souza, 2023, p. 13)

Nesse sentido, Souza (2023, p. 14) explica que apesar de muitas estudantes mães terem um rendimento acadêmico igual ou superior aos estudantes sem filhos, são julgadas por suas atribuições e maternidade acaba aparecendo sempre como uma escolha errada e responsabilidade individual da estudante. Ainda como nota Souza (2023, p. 16), para as mães, os filhos são uma motivação para concluir os estudos. Logo após a conclusão do curso, inicia a busca por um emprego na área com boa remuneração, o que também implica em novos desafios, já que o mercado de trabalho também não acolhe o exercício da maternidade como um direito das mulheres.

Ao ser questionada se a universidade é seu espaço e como se sente como estudante e pesquisadora, Alamanda afirmou que sim, sente que a universidade é o seu espaço e acrescentou que deseja ser uma “[...] aprendiz, pesquisadora,

professora, diretora e por que não reitora?” (Alamanda, entrevista concedida em 7 de fevereiro de 2024)

Voltando às experiências relatadas por Camélia – a qual afirmou que sentiu muito o impacto acadêmico por conta da maternidade -, disse que não entende a maternidade como uma responsabilidade só das mães, mas que a realidade social acaba direcionando esta responsabilidade apenas para elas. Mesmo buscando estudar, tende a ficar com os filhos em diversas ocasiões, o que não acontece com os pais, por exemplo. Camélia menciona ainda,

“[...] e as que querem estudar tem ainda a responsabilidade de ficar com os filhos, então acaba atrapalhando na aprendizagem da gente dentro da sala de aula. Por exemplo, eu levava minhas filhas, tem que tá saindo o tempo inteiro pra fora, ou se ficam em casa a gente fica preocupada como que estão” (Camélia, entrevista concedida em 6 de fevereiro de 2024).

Dessa forma, Camélia relata que na universidade se tem a percepção de emancipação dos/as estudantes. Porém, ao entrarem nesse espaço, sofrem também com preconceitos por serem mães: *“[...] eu senti, assim, que não era um espaço onde eu devia estar, sabe? Por mais que a gente sabe que a gente tem direito, que é nosso, mas a gente sempre sente preconceito” (Camélia, entrevista concedida no dia 6 de fevereiro de 2024).* Como aborda Souza (2023, p. 13), apesar de a universidade ainda precisar de várias políticas pensadas para as mães, é interessante o crescimento da presença das mulheres nas instituições.

O artigo de Grossi *et al.* (2016) apresenta dados importantes sobre a atuação das mulheres na ciência no Brasil. Em 2003, as matrículas de mulheres na graduação excediam as de homens em 12,8%.

Nos anos seguintes, essa tendência se manteve, como demonstram os dados do censo da educação superior, realizado em 2010 pelo Inep. De acordo com esse censo, as matrículas femininas foram majoritárias no período de 2001 a 2010, atingindo 57,0% das matrículas e, ao considerar os alunos que terminam os cursos, a participação feminina é de 60,9% (Grossi *et al.*, p. 13).

Não obstante, os autores expõem que a desigualdade de gênero ainda é presente na universidade e acrescenta que as mulheres permanecem tendo vários papéis: estudantes, profissionais, donas de casa e também o cuidado com os filhos. A pesquisa desses autores mostra a força das mulheres na participação no meio científico, e sendo uma pesquisa documental aborda dados da plataforma Lattes que

consta cadastradas de 2013 até julho de 2014, 84.502 currículos Lattes de mulheres doutoras.

Nesse sentido, é importante destacar que a maior parte das mulheres doutoras defenderam suas teses na área de Educação. É importante destacar ainda que o levantamento feito aponta que 90% dos trabalhos defendidos realizou-se em universidades públicas.

Analisando os currículos das doutoras, percebeu-se que as pesquisas são oriundas de diversas áreas do conhecimento. Foram identificadas 87 diferentes áreas de estudo. As dez áreas que mais se sobressaíram foram: Educação (310 teses), Agronomia (293), Medicina (250), Química (247), Linguística (213), Psicologia (160), Medicina Veterinária (147), Odontologia (125), Bioquímica (118) e Microbiologia (115). (Grossi, Borja, Lopes, Adalécio, 2016, p. 24)

Contudo, apesar de as mulheres conquistarem a participação na ciência, permanece uma profunda desigualdade de oportunidades que é acentuada pelas condições de classe e étnico-raciais. As experiências apresentadas pelas participantes da pesquisa demonstram que embora os números sejam bastante positivos com relação à presença e produtividade das estudantes, professoras e pesquisadoras mães, o espaço acadêmico permanece hostil e não-inclusivo. O dia a dia das estudantes mães é marcado por situações-limite que obviamente recaem sobre seus filhos e sua saúde mental. Culpa, constrangimentos e cansaço são apenas alguns dos exemplos citados pelas participantes e que corroboram em um sofrimento mental que não é acolhido e visibilizado pela instituição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões decorrentes dessa pesquisa fornecem informações significativas sobre a ligação entre maternidade e vida acadêmica na Universidade Federal da Fronteira Sul/PR. No decurso desse trabalho, é notório que a maternidade desempenha um impacto expressivo sobre as experiências das estudantes, influenciando no desempenho tanto acadêmico quanto nas relações interpessoais e de saúde mental.

Entre os aspectos que se destacaram na pesquisa está a desigualdade de gênero, que persiste nas diferentes organizações sociais e que acontece inclusive na universidade. Dessa forma, as mães estudantes enfrentam alguns obstáculos a mais comparado com os colegas homens cis e colegas que não possuem filhos. Entre os obstáculos, estão a falta de rede de apoio familiar ou de amigos, além da universidade e a falta de políticas institucionais para que possam conciliar os estudos com a maternidade. Nesse sentido, políticas pensadas para as mães universitárias, como creches (incluindo os horários noturnos, nos quais muitas estudantes cursam suas graduações), horários flexíveis para as aulas, locais adequados para amamentação e fraldários.

É importante dar ênfase na persistência das muitas mães em finalizar os cursos, pois enfrentarem inúmeros desafios no dia a dia. Com os relatos de suas realidades, destacam a urgência de mudança e enfrentamento de um problema que atinge muitas mulheres e impede a diminuição das desigualdades de gênero.

Ainda, o trabalho abordou as especificidades de mulheres que são mães negras, indígenas e pobres, as quais enfrentam muitas formas de discriminação: a social, a racial e de gênero, o que acentua a exclusão dentro da universidade. Lélia Gonzales é uma pesquisadora e uma figura fundamental trazida na pesquisa para compreender esses fatos, mostrando que o público racializado passa por práticas racistas explícitas e implícitas, estando em posição ainda mais vulnerável.

A realidade da maternidade das mães na Universidade Federal da Fronteira Sul tem suas especificidades, especialmente no curso de Licenciatura em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas (LEDOC-CSH) que funciona em regime de alternância. A realidade das estudantes desse curso - onde a maioria é de indígenas, negras e mulheres brancas pobres - permite que frequentem a instituição e que conciliem a vida pessoal com o âmbito universitário. Porém, mesmo o regime em alternância proporciona inúmeros desafios, como a necessidade de levar os filhos até

o *campus* durante o tempo universidade e a falta de estrutura para os acolher as mães e seus filhos, além de preconceitos diários sofridos, desde o transporte até a universidade até a realização de refeições no restaurante universitário. As experiências compartilhadas confirmam o quão complexas são as demandas na conciliação da maternidade com as obrigações da academia. Nessa pesquisa ficou nítido que a prioridade de cuidado com os filhos pode fazer com que deixem os estudos para depois.

Para a realização dessa pesquisa, a dificuldade de realizá-la foi incontestável, pois tanto a pesquisadora quando as participantes possuem filhos, atividades gerais domésticas e acadêmicas. Apresentou-se também a resistência e a decisão dessas mães em concluir seus cursos. Mesmo com tantas dificuldades encontradas ao longo dos anos de estudos, elas buscam superar os obstáculos, procurando maneiras de conciliar os muitos papéis que exercem.

Percebe-se que o cuidado está constantemente presente em todas atividades desenvolvidas. Nesse viés, todas confirmaram um sentimento de culpa, pois muitas vezes sentem que não “dão conta” de tudo e que gostariam de se dedicar melhor aos estudos, mas as circunstâncias da maternidade acabam dificultando o desenvolvimento acadêmico. Esse fato interfere diretamente na saúde mental das estudantes, como relatado, gerando sobrecarga mental e emocional.

Portanto, o desenvolvimento de políticas de permanência voltadas a esse público passa por reconhecer essas realidades e suas especificidades, o que a pesquisa procurou dar evidência a partir da observação e das entrevistas.

Nesse sentido, o trabalho pretende contribuir para uma análise atenta e aprofundada sobre questões de gênero e para as experiências das mulheres mães na universidade. Na análise das entrevistadas, observa-se a importância de se pensar, valorizar e reconhecer as tarefas das mulheres nas instituições acadêmicas e, assim, proporcionar um espaço que as inclua. Em específico, a LEDOC-CSH visa com que as mulheres que fazem parte de um grupo ainda mais excluído estejam presentes na academia como um lugar de direito.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BIHAIN, Neiva Marisa. A trajetória da educação infantil no MST: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar. Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1537>. Acesso em: 26/01/2023.

BITENCOURT, Silvana Maria. Maternidade e universidade: desafios para a construção de uma igualdade de gênero. Anais do 41 Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2017. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt13-17/10724-maternidade-e-universidade-desafios-para-a-construcao-de-uma-igualdade-de-genero/file>. Acesso em: 24/08/2022.

CABRITO, Belmiro Gil. **Formação em alternância: conceitos e práticas**. Lisboa: Educa, 1994. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=yFQOgVIR6VMC&oi=fnd&pg=PA12&dq=CABRITO,+Belmiro+Gil.+Forma%C3%A7%C3%A3o+em+altern%C3%A2ncia:+conceitos+e+pr%C3%A1ticas.+Lisboa:+Educa,+1994&ots=CCYKN5Zc4w&sig=lik7VVC7_A_9zBLSXYww3A1QdJ0#v=onepage&q=CABRITO%2C%20Belmiro%20Gil.%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20em%20altern%C3%A2ncia%3A%20conceitos%20e%20pr%C3%A1ticas.%20Lisboa%3A%20Educa%2C%201994&f=false. Acesso em: 05/01/2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHAPERON, Sylvie. **Auê sobre O Segundo Sexo**. Paris: Librairie Arhème Fayard, 1999. Tradução: Plínio Dentzien.

CORREIA, Maria de Jesus. **Sobre maternidade**. Portugal: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/5739>. Acesso em: 10/01/2023.

FABBRO, Márcia Regina Cangiani; HELOANI, José Roberto Montes. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. **Investigación Educación Enfermería**. 2010; 28(2): 176-186.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Pesquisa científica**. São Paulo: Alínea, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2020.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; BORJA, Shirley Doweslei Bernardes; LOPES, Aline Moraes; ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 406, jan.-abr. 2016.

HIRATA, Helena Sumiko. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4966/496650332002.pdf>. Acesso em: 20/12/2022.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher emancipada**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu editora, 2017.

SANTOS, Lediane Santana dos; MARTINS, Kézia Siméria Barbosa da Silva; JUSTI, Jadson. “Tornar-se mãe” durante a formação acadêmica: desafios da maternidade sob a perspectiva educacional e sociológica. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7760465>. Acesso em: 23/08/2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Daniele Jardim. **Alexandra Kollontai: entre feminismo e socialismo**.
Revista História e Luta de classes, outubro, 2016.

SILVA, Juliana Marcia Santos. Interseccionalidades e maternidade na Universidade Federal da Bahia. Seminário nacional de história da ciência e da tecnologia, 2018.
Disponível em:
https://www.16snhct.sbhc.org.br/resources/anais/8/1533130798_ARQUIVO_artigo16_snhct.pdf. Acesso em: 27/08/2022.

SOUZA, Marcela Ingrid Mendes; DORNELAS, Myriam Angélica; BARBOSA, Rosemary Perreira Costa e. Maternidade e vida acadêmica: o caso da jornada feminina de estudantes de uma instituição de ensino federal. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n.6, p. 18927-18948, jun., 2023. ISSN: 2525-8761. DOI: 10.34117/bjdv9n6-015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**.
Chapecó: [s.n.], 2019.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um *self* participante. Salvador, 2009.